

ATA DE REUNIÃO DO JÚRI

Registo
Documento Interno n.º 15114 / 2020

Data da Informação
09/09/2020

Processo
2020/300.10.005/517

ASSUNTO: Relatório Final - Aquisição de computadores, portáteis e monitores

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, no dia nove de setembro do ano dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu o júri do processo de contratação para **“Aquisição de computadores e portáteis”**, a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, proceder à ordenação final das propostas e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes. -----

1. Audiência Prévia e ordenação das propostas

Para efeitos de audiência prévia em reunião de dois de setembro de dois mil e vinte o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de três dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia. -----

2. Proposta de Adjudicação

Considerando que durante o período fixado não existiram quaisquer observações dos concorrentes o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que propõe a adjudicação nos seguintes termos: -----

Lote 1 – 20 Computadores Desktop: Algardata, SA, no valor de € 13 711,70 (Treze mil, setecentos e onze euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

Lote 2 – 10 Computadores Portáteis: MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA, no valor de € 6 746,90 (Seis mil, setecentos e quarenta e seis euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual será acompanhada de presente relatório final e serem notificados os adjudicatários no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP. -----

Sines, 9 de Setembro de 2020.

Presidente do Júri

1º Vogal

2º Vogal

sviegas